

**1ª ALTERAÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PLANO DE  
URBANIZAÇÃO  
UP1 DE FERRAGUDO AO CALVÁRIO**

**ADEQUAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS  
DE GESTÃO TERRITORIAL**

**Documento de fundamentação de  
inexigibilidade de sujeição da  
alteração do plano a AAE**

O Artigo 120.º do RJIGT estabelece que:

1 - “As pequenas alterações aos programas e aos planos territoriais só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente...

2 - A qualificação das alterações para efeitos do número anterior compete à entidade responsável pela elaboração do plano ou do programa, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.”

De forma a sustentar a Deliberação Camarária de início do Procedimento de Alteração ao Plano de Urbanização da UP1 foram analisados, desde já, os critérios previstos na Lei que determinam a probabilidade de efeitos significativos no ambiente.

A análise da qualificação da alteração do plano para efeitos de avaliação ambiental considera, também, o disposto na Circular técnica n.º 3/2011 da DGT “*Circular de Orientação Técnica sobre qualificação dos PMOT’s para efeitos de não sujeição a avaliação ambiental*” e responde explicitamente a cada um dos critérios previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Neste sentido, de acordo com cada um dos critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente, é sintetizado no quadro seguinte a respetiva fundamentação, de acordo com as características da proposta de alteração.

Critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente (de acordo com o Anexo a que se refere on.º 6 do artigo 3.º do RJAAPP):	PONDERAÇÃO / ANÁLISE
CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS E PROGRAMAS	
a) O grau em que o plano ou programa estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;	A alteração ao PU não apresenta modificações significativas no quadro de planeamento territorial do concelho. Não se prevê afetação de recursos.
b) O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;	Não se prevê repercussões noutros planos ou programas.
c) A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;	O PU apresenta um papel fundamental na promoção e manutenção da estrutura ecológica urbana.
d) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa;	Não se verificam problemas ambientais pertinentes.
e) A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente.	Tendo em consideração a legislação geral vigente, verifica-se que face aos objetivos da elaboração do PPSSA, não existem questões pertinentes quanto à sua implementação.
CARACTERÍSTICAS DOS IMPACTES E DA ÁREA SUSCETÍVEL DE SER AFETADA	
a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;	Por se tratar de uma alteração ao PU fundamentalmente ao nível da nomenclatura da classificação e qualificação do solo e, considerando as condições atuais do uso do solo e a proposta de alteração, onde não se verificam alterações do modelo de ordenamento, não se prevê qualquer agravamento da probabilidade, duração, frequência e reversibilidade dos seus efeitos ambientais.
b) A natureza cumulativa dos efeitos;	Com a utilização sustentável dos recursos naturais, nomeadamente água e solo não se prevê efeitos cumulativos no ambiente que derivem da alteração do plano. A alteração ao PU garante a minimização de efeitos cumulativos para o ambiente.
c) A natureza transfronteiriça dos efeitos;	Não aplicável.

d) Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes;	Não se prevê qualquer risco para a saúde humana e ambiente no âmbito da presente alteração.
e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;	Face à dimensão da área do PU e considerando o âmbito e alcance do objetivo da alteração, em caso de "possíveis" efeitos ambientais, estes seriam extremamente reduzidos e de nível local.
f) O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Características naturais específicas ou património cultural;</li> <li>ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;</li> <li>iii) Utilização intensiva do solo;</li> </ul>	Não se prevê modificações na utilização do solo que agravem a adequação às normas ou valores limite de qualidade ambiental.
g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.	Não se prevê efeitos na área no sítio Arade/Odelouca, da Rede Natura 2000.
<b>CONCLUSÃO</b>	
Não qualificar a Alteração do Plano de Urbanização da UP1, para efeitos de sujeição a avaliação ambiental, nos termos do RJIGT e RJAAPP, como objeto de avaliação ambiental.	

Quadro 1 - Fundamentação da qualificação da Alteração ao Plano de Urbanização da UP1, para efeitos de sujeição a avaliação ambiental, nos termos do RJIGT e RJAAPP.